

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

PARTE GERAL



22ª edição
2024

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP
01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato
Gerência editorial Livia Céspedes César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Liana Ganiko Brito

Design e produção Jeferson Costa da Silva
Camilla Felix Cianelli
(coord.) Lais Soriano
Rosana Peroni Fazolari
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves
Carvalho Emily Larissa
Ferreira da Silva Kelli Priscila
Pinto

Diagramação Claudirene de Moura S. Silva

Revisão Cecília Deus

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

ISBN 978-85-5360-765-5 OBRA COMPLETA
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
(CIP) VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto
Direito Civil Brasileiro - Parte Geral - v.1 /
Carlos Roberto Gonçalves. - 22. ed. - São
Paulo : Saraivajur, 2023.
552 p.
ISBN: 978-85-5362-257-3
1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.

2022-2860

CD
6D

índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil	347	34
2. Direito civil	347	34
		7

Data de fechamento da edição: 10-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA [15685] CL [608487] CAE [844683]

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

Capítulo I

CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO

1. Conceito de direito	1
2. Distinção entre o direito e a moral.....	3
3. Direito positivo e direito natural	4
4. Direito objetivo e direito subjetivo	6
5. Direito público e direito privado.....	8
6. A unificação do direito privado	11

Capítulo II

DIREITO CIVIL

1. Conceito de direito civil.....	13
2. Histórico do direito civil.....	14
3. A codificação	16
4. O Código Civil brasileiro.....	18
4.1. O Código Civil de 1916.....	18
4.2. O Código Civil de 2002.....	20
4.2.1. Estrutura e conteúdo.....	22
4.2.2. Princípios básicos.....	23
4.2.3. Direito civil-constitucional	24
4.2.4. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	25

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

1.	Conteúdo e função.....	27
2.	Fontes do direito.....	29
3.	A lei.....	30
3.1.	Conceito.....	30
3.2.	Principais características.....	31
3.3.	Classificação.....	33
4.	Vigência da lei	37
4.1.	Início da vigência.....	37
4.2.	Revogação da lei.....	40
5.	Obrigatoriedade das leis.....	46
6.	A integração das normas jurídicas.....	47
6.1.	A analogia	48
6.2.	O costume	50
6.3.	Os princípios gerais de direito.....	52
6.4.	A equidade.....	53
7.	Aplicação e interpretação das normas jurídicas.....	54
8.	Conflito das leis no tempo.....	58
9.	Eficácia da lei no espaço.....	61
10.	Alterações introduzidas pela Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018	67

LIVRO I

DAS PESSOAS

Título I

DAS PESSOAS NATURAIS

Capítulo I

DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

INTROITO

1.	Nota introdutória	73
2.	Personalidade jurídica	74
3.	Capacidade jurídica e legitimação.....	75

DAS PESSOAS COMO SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

4. Os sujeitos da relação jurídica.....	77
5. Conceito de pessoa natural.....	79
6. Começo da personalidade natural	80

DAS INCAPACIDADES

7. Conceito e espécies.....	89
7.1. Incapacidade absoluta: os menores de 16 anos	90
7.2. Incapacidade relativa	93
7.2.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos	94
7.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico	96
7.2.3. Os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	97
7.2.4. Os pródigos.....	97
7.2.5. Curatela de pessoas capazes (com deficiência) e incapazes	99
7.2.5.1. O procedimento da curatela.....	99
7.2.5.2. A tomada de decisão apoiada.....	104
8. A situação jurídica dos índios	106
9. Modos de suprimento da incapacidade	108
10. Sistema de proteção aos incapazes.....	109
11. Cessação da incapacidade.....	111
11.1. Maioridade	111
11.2. Emancipação	112
11.2.1. Emancipação voluntária	113
11.2.2. Emancipação judicial	115
11.2.3. Emancipação legal.....	116

EXTINÇÃO DA PERSONALIDADE NATURAL

12. Modos de extinção	120
12.1. Morte real	120
12.2. Morte simultânea ou comoriência.....	121
12.3. Morte civil	122
12.4. Morte presumida.....	123

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

13. Modos de individualização.....	125
13.1. Nome.....	125
13.1.1. Conceito	126

13.1.2. Natureza jurídica.....	128
13.1.3. Elementos do nome.....	129
13.1.3.1. Prenome.....	130
13.1.3.2. Sobrenome	130
13.1.4. Alterações do nome.....	132
13.1.4.1. Alterações de prenome já admitidas antes da Lei n. 14.382/2022	132
13.1.4.2. Alterações no prenome após a edição da Lei n. 14.382/2022	136
13.1.4.3. Mudanças no sobrenome	138
13.1.4.4. Alteração de nome em caso de transexualismo	144
13.2. Estado.....	148
13.2.1. Aspectos.....	148
13.2.2. Caracteres	150
13.3. Domicílio.....	151
13.3.1. Domicílio da pessoa natural.....	152
13.3.1.1. Conceito.....	152
13.3.1.2. Espécies	155
13.3.2. Domicílio da pessoa jurídica	158
14. Atos do registo civil	159

Capítulo II DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Conceito.....	165
2. Fundamentos dos direitos da personalidade	167
3. Características dos direitos da personalidade.....	168
4. Disciplina no Código Civil.....	171
4.1. Da proteção aos direitos da personalidade	172
4.2. Os atos de disposição do próprio corpo.....	175
4.3. O tratamento médico de risco.....	178
4.4. O direito ao nome.....	182
4.5. A proteção à palavra e à imagem	183
4.6. A proteção à intimidade.....	186

Capítulo III DA AUSÊNCIA

1. Introdução.....	191
2. Da curadoria dos bens do ausente.....	192

3. Da sucessão provisória	193
4. Da sucessão definitiva.....	195
5. Do retorno do ausente.....	196
6. Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal	196

Título II DAS PESSOAS JURÍDICAS

1. Conceito.....	198
2. Natureza jurídica	200
2.1. Teorias da ficção.....	200
2.2. Teorias da realidade	201
3. Requisitos para a constituição da pessoa jurídica	203
3.1. Começo da existência legal	204
3.2. Sociedades irregulares ou de fato	207
3.3. Grupos despersonalizados	208
4. Classificação da pessoa jurídica	212
4.1. Pessoas jurídicas de direito privado.....	214
4.1.1. As associações.....	216
4.1.2. As sociedades.....	220
4.1.3. As fundações	222
4.1.4. As organizações religiosas	229
4.1.5. Partidos políticos	230
5. Desconsideração da personalidade jurídica	231
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas	243
6.1. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado	243
6.2. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público	245
6.2.1. Evolução histórica.....	245
6.2.2. A Constituição Federal de 1988.....	246
6.2.3. Responsabilidade por atos omissivos	249
6.2.4. Danos decorrentes de atos judiciais	251
6.2.4.1. Atos judiciais em geral.....	251
6.2.4.2. Erro judiciário	253
6.2.5. Danos decorrentes de atos legislativos	255
6.2.5.1. Danos causados por lei inconstitucional	255
6.2.5.2. Danos causados por lei constitucionalmente perfeita.....	255
6.2.5.3. Imunidade parlamentar.....	256
7. Extinção da pessoa jurídica	257

LIVRO II

DOS BENS

1.	Objeto da relação jurídica.....	261
2.	Bens corpóreos e incorpóreos.....	263
3.	Patrimônio	264
4.	Classificação dos bens	266
4.1.	Bens considerados em si mesmos.....	268
4.1.1.	Bens imóveis e bens móveis.....	268
4.1.1.1.	Bens imóveis.....	269
4.1.1.2.	Bens móveis.....	274
4.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis	276
4.1.3.	Bens consumíveis e inconsumíveis.....	278
4.1.4.	Bens divisíveis e indivisíveis	280
4.1.5.	Bens singulares e coletivos	281
4.2.	Bens reciprocamente considerados.....	283
4.2.1.	Bens principais e acessórios.....	283
4.2.2.	As diversas classes de bens acessórios	284
4.2.2.1.	Os produtos.....	285
4.2.2.2.	Os frutos.....	285
4.2.2.3.	As pertenças	286
4.2.2.4.	As benfeitorias	288
4.3.	Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares.....	291
4.4.	Bens quanto à possibilidade de serem ou não comercializados: bens fora do comércio e bem de família.....	295

LIVRO III

DOS FATOS JURÍDICOS

Título I

DO NEGÓCIO JURÍDICO

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	Fato jurídico em sentido amplo.....	299
----	-------------------------------------	-----

1.1.	Conceito.....	300
1.2.	Espécies.....	301
2.	Negócio jurídico	303
2.1.	Conceito.....	303
2.2.	Finalidade negocial	306
2.2.1.	Aquisição de direitos	306
2.2.2.	Conservação de direitos	308
2.2.3.	Modificação de direitos	308
2.2.4.	Extinção de direitos	309
2.3.	Teoria do negócio jurídico	310
2.4.	Classificação dos negócios jurídicos	312
2.4.1.	Unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	313
2.4.2.	Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes	314
2.4.3.	<i>Inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	315
2.4.4.	Principais e acessórios. Negócios derivados.....	316
2.4.5.	Solenes (formais) e não solenes (de forma livre).....	317
2.4.6.	Simplex, complexos e coligados	318
2.4.7.	Dispositivos e obrigacionais	319
2.4.8.	Negócio fiduciário e negócio simulado	319
2.5.	Interpretação do negócio jurídico	321
3.	Ato jurídico em sentido estrito	324
4.	Ato-fato jurídico	326

ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

5.	Classificação	329
6.	A tricotomia existência-validade-eficácia	329
7.	Requisitos de existência	331
7.1.	Declaração de vontade	331
7.1.1.	O silêncio como manifestação de vontade	333
7.1.2.	Reserva mental	334
7.1.2.1.	Conceito.....	334
7.1.2.2.	Efeitos.....	335
7.2.	Finalidade negocial	336
7.3.	Idoneidade do objeto	337
8.	Requisitos de validade	337
8.1.	Capacidade do agente	339
8.2.	Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	341
8.3.	Forma	342

Capítulo II DA REPRESENTAÇÃO

1.	Introdução.....	345
2.	Espécies de representação	346
3.	Espécies de representantes	347
4.	Regras da representação	348
5.	Representação e mandato	349
6.	Contrato consigo mesmo (autocontratação).....	350
6.1.	Conceito.....	350
6.2.	Efeitos.....	351

Capítulo III DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO

1.	Introdução.....	354
2.	Condição.....	355
2.1.	Conceito.....	355
2.2.	Elementos da condição.....	357
2.3.	Condição voluntária e condição legal.....	358
2.4.	Negócios jurídicos que não admitem condição	359
2.5.	Classificação das condições	360
2.6.	Retroatividade e irretroatividade da condição	366
2.7.	Pendência, implemento e frustração da condição.....	368
3.	Termo.....	369
3.1.	Conceito.....	369
3.2.	Espécies.....	370
3.3.	Os prazos e sua contagem.....	371
4.	Encargo ou modo	372
5.	Negócio jurídico processual.....	374

Capítulo IV DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1.	Introdução.....	376
2.	Erro ou ignorância.....	377
2.1.	Conceito.....	377

2.2. Espécies.....	378
2.2.1. Erro substancial e erro acidental.....	378
2.2.1.1. Características do erro substancial	379
2.2.1.2. Erro substancial e vício redibitório.....	382
2.2.2. Erro escusável	383
2.2.3. Erro real.....	386
2.2.4. Erro obstativo ou impróprio	386
2.3. O falso motivo	387
2.4. Transmissão errônea da vontade.....	388
2.5. Convalescimento do erro	389
2.6. Interesse negativo	389

O DOLO

3. Conceito.....	391
4. Características	391
5. Espécies de dolo	392

A COAÇÃO

6. Conceito.....	399
7. Espécies de coação	399
8. Requisitos da coação.....	400
9. Coação exercida por terceiro.....	405

O ESTADO DE PERIGO

10. Conceito.....	406
11. Distinção entre estado de perigo e institutos afins.....	408
11.1. Estado de perigo e lesão.....	408
11.2. Estado de perigo e estado de necessidade.....	409
11.3. Estado de perigo e coação	410
12. Elementos do estado de perigo.....	411
13. Efeitos do estado de perigo.....	413

A LESÃO

14. Conceito.....	415
15. Características da lesão.....	418
16. Elementos da lesão.....	419
17. Efeitos da lesão.....	421

A FRAUDE CONTRA CREDITORES

18. Conceito.....	423
19. Elementos constitutivos.....	424
20. Hipóteses legais	426
20.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida.....	426
20.2. Atos de transmissão onerosa.....	428
20.3. Pagamento antecipado de dívida	429
20.4. Concessão fraudulenta de garantias	429
21. Ação pauliana ou revocatória	430
21.1. Natureza jurídica	430
21.2. Legitimidade ativa.....	433
21.3. Legitimidade passiva	435
22. Fraude não ultimada	435
23. Validade dos negócios ordinários celebrados de boa-fé pelo devedor.	437
24. Fraude contra credores e fraude à execução.....	438

Capítulo V DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução.....	444
2. Negócio jurídico inexistente	445
3. Nulidade.....	446
3.1. Conceito.....	446
3.2. Espécies de nulidade	446
3.3. Causas de nulidade	447
4. Anulabilidade	449
4.1. Conceito.....	449
4.2. Causas de anulabilidade.....	450
5. Diferenças entre nulidade e anulabilidade	450
6. Disposições especiais.....	453
7. Conversão do negócio jurídico.....	454

A SIMULAÇÃO

8. Conceito.....	455
9. Características da simulação	456
10. Espécies de simulação.....	457

11. Hipóteses legais de simulação.....	460
12. Efeitos da simulação.....	460
13. Simulação e institutos afins	461

Título II DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

1. Disposições aplicáveis	463
2. Críticas à inovação	464

Título III DOS ATOS ILÍCITOS

1. Conceito.....	466
2. Responsabilidade contratual e extracontratual	469
3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.....	470
4. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	471
5. Imputabilidade e responsabilidade	473
5.1. A responsabilidade dos privados de discernimento.....	473
5.2. A responsabilidade dos menores	474
6. Pressupostos da responsabilidade extracontratual	475
6.1. Ação ou omissão.....	475
6.2. Culpa ou dolo do agente.....	476
6.3. Relação de causalidade.....	477
6.4. Dano	477
7. Atos lesivos não considerados ilícitos	478
7.1. A legítima defesa	478
7.2. O exercício regular e o abuso de direito	479
7.3. O estado de necessidade.....	481

Título IV DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Capítulo I DA PRESCRIÇÃO

1. Introdução.....	483
--------------------	-----

2. Conceito e requisitos	485
3. Pretensões imprescritíveis	487
4. Prescrição e institutos afins	489
5. Disposições legais sobre a prescrição.....	491
6. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição	495
7. Das causas que interrompem a prescrição.....	499
8. Prazos de prescrição no Código Civil	504

Capítulo II DA DECADÊNCIA

1. Conceito e características	507
2. Disposições legais sobre a decadência	508

Título V DA PROVA

1. Introdução.....	511
2. Meios de prova	512
2.1. Confissão	513
2.2. Documento	514
2.3. Testemunha	518
2.4. Presunção.....	519
2.5. Perícia	520
<i>Bibliografia</i>	523